

A USINA HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO (VALE DO RIBEIRA) NO CONTEXTO DOS CONFLITOS GERADOS PELA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

CENTRAL HIDROELÉCTRICA TIJUCO ALTO (VALE DO RIBEIRA) EM EL CONTEXTO DE CONFLICTOS GENERADOS POR LA CONSTRUCCIÓN DE PRESAS

Laura dos Santos Rougemont¹

lsrougemont@gmail.com

Jorge R. Montenegro Gómez²

jorgemon@ufpr.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar quais são os desdobramentos dos projetos desenvolvimentistas do setor energético e as interações com os territórios onde eles se instalam, os quais são permeados por populações que em algum momento serão afetadas por estas grandes obras. Para tal, utiliza-se como mediação as megainfraestruturas do ramo energético, mais especificamente, o estudo de caso da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, situada no Vale do Ribeira, entre os municípios de Adrianópolis (PR) e Ribeira (SP). Dá-se enfoque ao município de Cerro Azul (PR), o qual, de acordo com os estudos ambientais, sofreria grande parte dos impactos da instalação da usina.

PALAVRAS-CHAVE: usinas hidrelétricas, desenvolvimento, impactos sociais

RESÚMEN

Este trabajo tiene por objetivo examinar cuáles son las consecuencias de los proyectos de desarrollo en el sector de la energía y las interacciones con los territorios donde están instalados, los cuáles están permeados por poblaciones que eventualmente se verán afectadas por estas grandes obras. Para tal fin, analizaremos el caso de las megainfraestructuras de la industria energética, más concretamente, el estudio de caso de la usina hidroeléctrica (UHE) Tijuco Alto, ubicada en el “Vale do Ribeira”, entre las ciudades de Adrianópolis (PR) y Ribeira (SP). El foco se encuentra en la localidad de Cerro Azul (PR), la cual, según los estudios ambientales del emprendimiento, sufrirá muchos de los impactos de la instalación de la planta.

PALABRAS CLAVE: usinas hidroeléctricas, desarrollo, impactos sociales

¹ Graduanda em Geografia pela UFPR. Integrante do Coletivo Encontra (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra) e da rede do CEGeT, seção Curitiba.

² Professor adjunto do Departamento de Geografia da UFPR. Coordenador do Coletivo Encontra e integrante da Rede do CEGeT.

A UHE DE TIJUCO ALTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a década de 80, um estudo de inventário da Eletrobrás previu a construção de quatro Usinas Hidrelétricas (UHE) ao longo do Rio Ribeira de Iguape, no Vale do Ribeira: UHE Tijuco Alto, UHE Funil, UHE Itaoca e UHE Batatal. O Rio Ribeira de Iguape é o rio principal pertencente à bacia hidrográfica homônima, com extensão de 470 km. Localizada entre a região nordeste do estado do Paraná e sudoeste do estado de São Paulo, a bacia do Ribeira contém 23 municípios paulistas e 7 municípios paranaenses. Devido ao avanço do processo de requisição do licenciamento em relação às outras usinas e das implicações mais impactantes que a UHE Tijuco Alto tiveram no território do Vale do Ribeira, neste estudo, dar-se-á atenção exclusiva aos desdobramentos relativos à implantação desta UHE.



Figura 1 - Bacia do Rio Ribeira de Iguape, Vale do Ribeira. Fonte: Instituto Socioambiental - <http://www.socioambiental.org>

Em 1989, o projeto para a UHE Tijuco Alto foi apresentado para a sociedade e, desde então, seu agente investidor, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), tem tentado obter as licenças ambientais necessárias para a instalação deste empreendimento. Nas primeiras tentativas para o licenciamento, a CBA recorreu aos órgãos ambientais competentes do estado de São Paulo – a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) – e do Paraná – o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Em 1994, a SEMA/SP concede licença prévia, o mesmo ocorrendo com o IAP no ano de 1995. (CONCEIÇÃO, 2010; JERONYMO, 2007)

Porém, o projeto inicial apresentou bastante resistência de diversos segmentos, cujas mobilizações deram origem a uma ação civil pública, que teve apoio de entidades

civis, ambientalistas, lideranças de comunidades do Vale do Ribeira e outros grupos. A partir desta ação, o Ministério Público suspendeu em 1999 a licença prévia, que foi considerada imprópria. Devido ao caráter interestadual do empreendimento, que seria instalado num trecho do Rio Ribeira que faz divisa com dois municípios, sendo um em cada estado – Adrianópolis (PR) e Ribeira (SP)-, definiu-se que o licenciamento não poderia ser emitido por órgãos ambientais estaduais; delegou-se então a um órgão ambiental federal a incumbência de emitir os documentos necessários. Desta maneira o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis foi o encarregado de realizar um novo pedido de licenciamento, mas novamente sem sucesso, pois em 2003 a concessão da licença prévia foi desconsiderada devido à insuficiência nos Estudos de Impacto Ambiental.

No ano de 2004 foi emitido um Termo de Referência pelo IBAMA,

o qual tem por finalidade fornecer subsídios técnicos capazes de nortear o desenvolvimento de estudos que diagnostiquem a qualidade ambiental atual da área de implantação do empreendimento e sua área de inserção, na bacia hidrográfica do rio Ribeira do Iguape. (TERMO, p. 2, 2004)

Este documento autorizou o recomeço dos estudos para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Tijuco Alto, e a partir disso, a CBA contratou o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores – CNEC. Esta empresa de consultoria foi responsável pela realização dos novos estudos técnicos do empreendimento, e já em 2005 estavam pronto o novo EIA/RIMA. Em julho de 2007 foram realizadas audiências públicas em três municípios de SP (Registro, Eldorado e Ribeira) e dois municípios do Paraná (Adrianópolis e Cerro Azul), nas quais foram constatadas manifestações majoritariamente contrárias à obra e foram protocolados documentos que contestavam informações do EIA. Ainda em 2007, o Ministério Público Federal recomendou que o EIA fosse refeito, de forma a abranger a totalidade da bacia. Desde então, o EIA/RIMA tramita sob a análise do IBAMA.

No decorrer destes mais de vinte anos desde as primeiras ações em prol da construção da UHE de Tijuco Alto - sem, no entanto, a obtenção definitiva do licenciamento ambiental necessário - muitos processos foram se desenrolando na região do Vale do Ribeira, relacionados diretamente à expectativa de instalação deste empreendimento. Ainda que não tenha havido a sua implantação definitiva, uma série de alterações foram inevitavelmente se desenrolando nas áreas do entorno, que de alguma maneira viriam a ser transformadas com a instalação da usina. Uma das principais

transformações decorreu da aquisição e da compra de terras de proprietários nestas regiões e o conseqüente deslocamento compulsório de inúmeras famílias, de moradores, trabalhadores, fomentando em muitos casos a perda dos meios de trabalho e das práticas de subsistência. De acordo com informações do sítio Instituto Socioambiental (ISA),

O RIMA afirma que 689 famílias terão suas vidas afetadas pela criação da barragem. É importante lembrar que nos últimos 15 anos outras centenas de famílias de ribeirinhos e pequenos agricultores já foram prejudicados no processo de compra de terras pela CBA na região em que a empresa planeja fazer o reservatório de Tijuco Alto. Naquele período, a empresa adquiriu 379 imóveis rurais - que hoje representam 60% da área do reservatório projetado. A compra dos imóveis provocou a queda na renda e o aumento do desemprego de ex-proprietários e ex-moradores, alterou o perfil sócio-econômico de toda a região do Alto Vale do Ribeira e prejudicou a vida dos atuais habitantes. Aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros foram largadas à própria sorte, ao serem expulsas das terras onde viviam sem nenhum tipo de recompensa. (ISA, 2011)

As potenciais transformações não se dão apenas no meio sócio-econômico, mas também no meio sócio-ambiental. Como prevê o último EIA, elaborado em 2005, (ISA, 2011) a instalação definitiva da UHE Tijuco Alto também ocasionaria sérias interferências na fauna, vegetação, microclima, água, solos, relevo e uma série de outras implicações. Pela série de impactos negativos, o projeto foi se encaminhando ao longo dos anos sob forte resistência da sociedade do Vale do Ribeira.

Neste sentido, torna-se relevante observar como se dá o avanço de grandes projetos de desenvolvimento, ou, nas palavras de VAINER (1992) *apud* PINHEIRO (2007, p.31), dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI's), perfil no qual se encaixam as Usinas Hidrelétricas. Em específico, nesta pesquisa, tratar-se-á do caso da UHE de Tijuco Alto (Vale do Ribeira) e dos impactos sócioambientais provenientes da sua instalação, objetivando desvendar como são vistas estas megainfraestruturas por parte dos atores sociais que nela estão envolvidos e dando especial atenção às diferentes concepções que tais atores possuem sobre o território onde é prevista a instalação desta UHE.

O CONTEXTO ATUAL DO MODELO HIDROENERGÉTICO BRASILEIRO

Quando se trata especificamente de projetos para o setor energético, no Brasil, nota-se que desde a década de 70, intensificou-se a adoção do modelo de barragens para a

geração de energia hidrelétrica. De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens *aka* MAB (2011), nesta época,

projetos “faraônicos” são levados adiante **com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia** - chamadas de eletrointensivas - e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre econômico”, durante a Ditadura Militar. (grifo nosso)

Atualmente, muito se fala de modelos alternativos para geração de energia, tais como as chamadas “fontes limpas e renováveis” (fontes de energia solar, por exemplo). No entanto, o modelo de geração de energia hidrelétrica, a partir da construção de Usinas Hidrelétricas (UHE’s), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH’s) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s) ainda permanece no *ranking* da geração de energia, atingindo a capacidade de aproximadamente 81.152.147 kW de potência instalada e cobrindo 71,21% de toda a energia gerada no país, de acordo com dados da ANEEL de 2010.

Desde a década de 70, o modelo de abastecimento de energia voltado para o atendimento das demandas de indústrias eletrointensivas vem se reafirmando, ao mesmo tempo em que adquire outros formatos. Observa-se atualmente uma tendência de que estas mesmas empresas não sejam apenas as que consomem elevadas cotas de energia, mas também as que se apropriam dos meios de produção dessa energia, isto é, das infraestruturas propriamente ditas. Elas são responsáveis por todas as fases de concepção de empreendimentos energéticos: atuam desde a contratação de empresas de consultoria para a realização dos estudos técnicos de viabilidade e para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, até a administração destes empreendimentos, sendo proprietárias de muitas PCH’s, UHE’s ou CGH’s. Objetivamente com o intuito de atender a demandas energéticas particulares, esta categoria de produtores de energia está inclusive regulamentada por legislação nacional; os denominados “Autoprodutores de Energia Elétrica” são aqueles que se classificam como “a pessoa física ou jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo”.³ (BRASIL, 1996)

Se antes a geração e o controle das fontes de energia eram majoritariamente de tutela do poder público, atualmente, a elevada demanda de energia destes segmentos industriais e a regulamentação específica da modalidade autoprodutora, permitem que o

³ Art 2º, parágrafo II, do Decreto nº 2003 de 10 de setembro de 1996, que “Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências”.

setor privado se aproprie da geração e do consumo de parte da energia hidrelétrica, interferindo não só na transferência de responsabilidades do poder público para o poder privado, mas também favorecendo substancialmente a monopolização e privatização do setor hidrelétrico no país, constituindo o que podemos chamar de “latifúndios energéticos”. É o que evidencia Gilberto Cervinski, membro da Coordenação Nacional do MAB:

Grupos que na época trabalhavam como empreiteiras, como a Camargo Corrêa e a Votorantim, são agora donos de barragens. Mas, quando o setor elétrico foi privatizado, a situação piorou porque todos os avanços que havíamos conquistado foram sendo desrespeitados pelas empresas. (CERVINSKI, 2007)

O trecho acima exposto evidencia a Votorantim⁴ como uma empresa dona de barragens, ou seja, produtora de grande parte da energia que consome. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empreededora da UHE Tijuco Alto, é uma empresa pertencente ao grupo Votorantim, e, portanto, também está contemplada no conjunto das autoprodutoras. É o que indica a tabela a seguir, relativa às usinas em operação de propriedade da CBA:

⁴ O perfil da Votorantim, de acordo com seu *website*: “Empresa 100% brasileira, com atuação em mais de 20 países, o Grupo Votorantim concentra operações em setores de base da economia que demandam capital intensivo e alta escala de produção, como cimento, mineração e metalurgia (alumínio, zinco e níquel), siderurgia, celulose e papel, suco concentrado de laranja e autogeração de energia. No mercado financeiro, atua por intermédio da Votorantim Finanças, e, em Novos Negócios, investe em empresas e projetos de biotecnologia, pesquisas minerais e especialidades químicas” . Ver mais em <<http://www.votorantim.com.br>>

Tabela 1 - Usinas em operação pertencentes à CBA. Fonte: Banco de Informações de Geração (ANEEL, 2011) - <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/AgenteGeracao/agentegeracao.asp>

nome	capacidade (MW)	modalidade de geração	tipo de usinagem	proprietário	município
Alecrim	72.000	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Miracatu - SP
Barra	40.400	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Tapirai - SP
Canoas I	80.085	APE e PE	UHE	50,3% para Companhia Brasileira de Alumínio e 49,7% para Duke Energy International, Geração Paranapanema S/A.	Cândido Mota - SP e Itamaracá - PE
Canoas II	72.000	APE e PE	UHE	50,3% para Companhia Brasileira de Alumínio e 49,7% para Duke Energy International, Geração Paranapanema S/A.	André - PE e Palmítal - SP
França	29.520	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Juquitiba - SP
Fumaça	36.400	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Itina - SP
Ituparanga	56.170	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Votorantim - SP
Jurupará	7.200	APE	PCH	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Itina - SP e Piedade - SP
Machadinho	1.140.000	APE-COM e SP	UHE	25,74% para Alcos Alumínio S/A e 27,52% para Companhia Brasileira de Alumínio e 5,53% para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e 2,73% para Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas e 5,27% para InterCement Brasil S.A e 19,28% para Tractebel Energia S/A e 8,29% para Valesul Alumínio S/A e 5,62% para Votorantim Cimentos Brasil Ltda.	Maximiliano de Almeida - RS e Pratuba - SC
Ourinhos	44.400	PE	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Jacarezinho - PE e Ourinhos - SP
Pirajú	81.000	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Pirajú - SP
Porto Raso	28.400	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Tapirai - SP
Salto do Iporanga	36.870	APE	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Juquitiba - SP
Salto Pião	182.340	PE	UHE	60% para Companhia Brasileira de Alumínio e 20% para Companhia Geração de Energia Pião e 20% para DME Energética S.A	Apilina - SC e Ibirama - SC e Lontras - SC
Santa Helena	2.240	APE	PCH	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Votorantim - SP
Serraria	24.000	APE-COM	UHE	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Juquitiba - SP
Votorantim	3.000	APE	PCH	100% para Companhia Brasileira de Alumínio	Votorantim - SP
Total: 17 Usina(s)		Potência Total: 1.936.025 kW			

Pelo que consta na tabela da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2011), a CBA possui no total 17 empreendimentos de geração energética em operação, com capacidade de geração que representa 1,6883% da capacidade do País. A classificação dos agentes de geração de energia pelos empreendimentos de propriedade da CBA está dividida nas categorias “PIE” (Produção Independente de Energia)⁵, “APE” (Autoprodução de Energia) ou “APE-COM” (Autoprodução com Comercialização de Excedente), o que indica que quando a energia não é produzida para o consumo exclusivo da CBA, ela é ou comercializada pela própria CBA para outras companhias energéticas ou para indústrias eletrointensivas.

Estes aspectos característicos de um modelo de geração de energia cada vez mais privatizado demonstram que por trás de um discurso de geração de empregos, de progresso e de desenvolvimento local que viriam “naturalmente” acompanhados da instalação destes grandes projetos, está a intenção mais direta da construção das UHE’s: a geração de energia para o abastecimento de indústrias eletrointensivas. Tal constatação se

⁵ Produtor Independente de Energia Elétrica, a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco (BRASIL, 1996)

evidencia devido à presença na região da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que possui um complexo metalúrgico no município de Alumínio (SP), com fins de ampliar a produção deste metal para exportação. Como o processo de produção do alumínio carece de alto consumo de energia, fica clara a intencionalidade da CBA na construção da barragem de Tijuco Alto, que busca a sua suficiência energética (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2011). No jogo entre discursos e reais interesses, revelam-se os conflitos.

A opinião pública por sua vez é manipulada através de polpudas somas investidas na propaganda do governo e das obras, a nível federal, estadual e regional, ocupando rádios, jornais e televisão. Na propaganda as usinas são vendidas como sinônimo de desenvolvimento. Oculta-se que grande parte dos agricultores que tem suas terras desapropriadas para a construção das usinas não tinha acesso a energia elétrica antes da obra e não o terá depois. (SCALABRIN, 2006)

Carlos Vainer é incisivo ao afirmar que estes projetos

são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.(VAINER [1992, p. 34] *apud* PINHEIRO [2007, p.31])

Diante do panorama exposto, nota-se que analisando a prática para além do discurso do desenvolvimento e crescimento econômico, os benefícios sociais destes empreendimentos são questionáveis *a priori*. O que se apresenta é o anseio de uma empresa privada pela sua soberania energética, a despeito dos interesses das comunidades locais diretamente afetadas pela construção destas barragens e da diversidade de usos e formas de apropriação dos territórios por estas mesmas comunidades. Ana Esther Ceceña (2009) acredita que atualmente o cenário é de conversão da natureza em elementos de disputa hegemônica, transformando os territórios em peças-chave do mercado internacional de bens primários e onde muitas vezes as comunidades locais são confrontadas com uma dinâmica econômica que não corresponde aos seus modos de vida.

ENTRE O DESENVOLVIMENTO E O CONFLITO

Ao mesmo tempo em que se multiplica em quantidade a existência de projetos do setor energético pelo território brasileiro, aumentam também os números de casos de desrespeito às populações atingidas pelas barragens, que nos processos de licenciamento - desde o ponto de vista dos estudos técnicos até a fase de instalação - são tratadas como empecilhos à instalação destas obras. A supremacia da objetividade da técnica torna a relação com as populações afetadas bastante superficial. Guiadas pela lógica da “modernização ecológica”, os empreendedores creem que as compensações técnicas são a resolução dos conflitos (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). Para Sevá Filho (2011), em tais processos, o que se observa é que o interesse de alguns (governos, empresas) acabam sendo tratados como interesses de toda a sociedade. Desde este ponto de vista, aqueles que se opõem a estas grandes obras são classificados como obstáculos, minorias que “emperram”, “prejudicam”, “atravancam” os processos de desenvolvimento e de progresso de toda uma nação.

Soma-se a este panorama o desrespeito às legislações ambientais vigentes, e, principalmente, aos direitos humanos básicos das populações que vivem nas proximidades dos locais onde são construídos estes empreendimentos, as quais são sobrepujadas pelos interesses privados. Segundo o Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), aprovado em novembro de 2010,

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual. (APROVADO..., 2010)

Sevá Filho (2005) complementa afirmando que na maioria dos casos estes cidadãos ameaçados pelas barragens perdem não só o seu patrimônio natural, mas também o patrimônio construído, já que estas pessoas são vistas pelos estudos de impactos e pareceres técnicos apenas como entraves/interferências, dentro da lógica da “razão hidrelétrica cega”.

A acumulação de capital em poucas mãos se instrumenta por meio de negociações entre partes desiguais; os que acabam sendo prejudicados são muitos. Mas são individualmente fracos, envolvidos a contragosto em transações forçadas; pessoas, famílias e até cidades inteiras sendo objetos de logro, de traição, de ameaças. (SEVÁ FILHO, 2005, p.285)

Neste contexto, parte-se do pressuposto de que na medida em que cresce a voracidade pelo consumo energético das empresas, com a finalidade de ampliar o mercado consumidor externo, mais são desrespeitadas as normas ambientais e os direitos das populações diretamente afetadas pelas barragens. Enquanto as promessas de desenvolvimento e geração de riquezas não saem do âmbito das empreiteiras e das indústrias beneficiadas pela exploração dos recursos naturais, os moradores destas regiões (pequenos agricultores, comunidades tradicionais, tais como quilombolas e ribeirinhos) se veem privados de sua sobrevivência e são tratados com total desprezo. Sofrem com a perda de suas terras - que quando indenizadas, o são por um custo baixíssimo - além de romperem o vínculo com o território de sua sobrevivência, sobre o qual vivem, habitam e exercem suas práticas produtivas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A expansão do capital no campo se materializa de diferentes formas, mas sem, no entanto, modificar suas lógicas. Uma destas “novas-velhas” lógicas são os grandes empreendimentos ou as megainfraestruturas, em especial de comunicações, de transportes e de geração de energia. São “velhas lógicas” porque tais modelos de empreendimentos já vêm sendo adotados amplamente há muitos anos, trazendo consigo sérios danos sócioambientais, muitos deles irreversíveis. São “novas lógicas” porque, ano após ano, a expansão de tais projetos vai se dando cada vez mais intensamente em lugares ainda não explorados, de natureza exuberante, preservados em geral por comunidades locais, cujas racionalidades de sobrevivência esbarram muitas vezes com a lógica embutida na construção destas megainfraestruturas.

Observa-se que a intenção de enlaçar as economias regionais ao mercado mundial, de forma cada vez mais acelerada e produtivista, explorando os recursos naturais que tais localidades preservadas têm a oferecer – e sob a promessa do desenvolvimento econômico dos Estados Nacionais-, nem sempre atendem especificamente aos interesses de quem é mais influenciado em nível local; ou seja, das populações que ali estão e que dependem daquele território para sobreviver. O território passa a ser desapropriado destas últimas e apropriado pelos grandes empreendimentos. É no avanço do chamado “desenvolvimento” que se evidenciam as marcas da expropriação dos territórios da vida e que se sobrepõem conflitos de natureza diversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Banco de Informações de Geração.** Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15>>. Data de acesso: 5 de maio de 2011.

APROVADO relatório que aponta violação dos direitos humanos em barragens. **Jornal do MAB**, pp.4, nº15, novembro de 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/materiais/jornal_mab_1110.pdf>. Data de acesso: 3 de maio de 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº2003, de 10 de setembro de 1996. Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências. **Disponível em:** <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/dec19962003.pdf>>. Data de acesso: 20 de julho de 2011

CECENÑA, Ana Esther. **Caminos y agentes del saqueo en América.** Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2009. Disponível em: <http://www.geopolitica.ws/home.php>

CERVINSKI, Gilberto. **Apenas nos próximos três anos, 100 mil novos atingidos por pelas barragens.** Correio da Cidadania, agosto de 2007. Entrevista concedida a Luis Brasilino. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/769/112/>>. Data de acesso: 3 de maio de 2011.

CONCEIÇÃO, André Luiz da. **A UHE. Tijuco Alto e a qualidade de vida no Vale do Ribeira: o caso do município de Ribeira-SP.** 2010. 121 pp. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas, 2010.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento.** IN: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2000. pp 59-83

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Águas para a vida, não para a morte!** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/tijuco/index.htm>>. Data de acesso: 12 de abril de 2011.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Campanha contra as barragens do Ribeira** Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira>>. Data de acesso: 20 de julho de 2011.

JERONYMO, Alexandre Cosme José. **Deslocamentos de populações ribeirinhas e passivos sociais e econômicos decorrentes de projeto de aproveitamento hidrelétrico: a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto/ SP - PR.** 2007. 173 pp. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **História do MAB.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=historia>>. Data de acesso: 12 de abril de 2011

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile. **Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.** 2007. 220 pp. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica. Campinas, 2007

SCALABRIN, Leandro. **A ineficácia dos mecanismos internacionais criados pelas Nações Unidas na garantia ao desenvolvimento como direito humano: o caso das usinas hidrelétricas no Brasil.** MAB NACIONAL, março de 2006. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=artigo/ineficacia-dos-mecanismos-internacionais-criados-pelas-na-es-unidas-na-garantia-ao-desenvolvi>>. Data de acesso: 3 de maio de 2011.

SEVÁ FILHO, Arsenio Oswaldo. **Conhecimento crítico das mega – hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais** . IN: SEVÁ FILHO, A.O. (org.).TENOTÃ-MÕ. 1ª ed. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005, pp. 281 – 295.

_____. **Conquistar territórios: a prioridade corporativa.** Cidade do México: 2011. Jornal Brasil de Fato: São Paulo, de 3 a 9 de fevereiro de 2011. pp. 6 e 7. Entrevista concedida a Spency Pimentel e Joana Moncau.

_____. **Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade.** Ciência e Cultura, v. 60, p. 44-50, 2008.

TERMO de referência. Para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA: Usina hidrelétrica de Tijuco Alto. Julho de 2004. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Tijuco%20Alto/Z-Anexo%20III-Documenta%C3%A7%C3%A3o/TERMO%20DE%20REFER%C3%80NCIA%20DEFINIDO%20PELO%20IBAMA/Termo%20de%20Refer%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2011.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 439-462.